

Florianópolis-SC, 11 de outubro de 2017.

Memória das atividades da CCSHS no X Congresso Brasileiro de Epidemiologia

Em outubro de 2017 aconteceu mais um Congresso Brasileiro de Epidemiologia, no qual uma das sessões especiais foi proposta pelo núcleo de coordenação da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (CCSHS) em articulação com o Fórum de Graduação da ABRASCO, particularmente Tatiana Gerhardt e Daniel Canavese, ambos docentes da UFRGS.

| Quarta-feira, 11 de outubro de 2017 | | |
|-------------------------------------|--|------------------------------------|
| Horário | Atividade | Sala |
| 13:00 - 14:20 | <p><u>Sessão Especial</u></p> <p>A Graduação em Saúde Coletiva e suas Diretrizes Curriculares: quais as próximas construções possíveis?</p> <p><i>A epidemiologia e o desafio da interdisciplinaridade na formação do bacharel em saúde coletiva</i></p> <p>Palestrante: Antonio Jose Leal Costa (RJ)</p> <p>O estatuto pedagógico de comunidades de práxis na formação em Política, Planejamento e Gestão em Saúde</p> <p>Palestrante: Alcides Silva de Miranda (RS)</p> <p>Graduação em Saúde Coletiva e Ciências Sociais e Humanas em Saúde: algumas relações construídas e a serem construídas</p> <p>Palestrante: Marcelo Eduardo Pfeiffer Castellanos (BA)</p> <p>O olhar dos(as) estudantes sobre as novas diretrizes curriculares</p> <p>Palestrante: José Jocililson Nascimento Silva (DF)</p> <p>Moderadora: Marta Verdi (Brasil)</p> | Sala Anita Garibaldi - 350 lugares |

Intitulada “A Graduação em Saúde Coletiva e suas Diretrizes Curriculares: quais as próximas construções possíveis? ”, a mesa-redonda contou com a presença de 4 palestrantes e 1 moderadora, docentes e discentes representando universidades públicas de 4 das 5 regiões do

país (UNB, UFRJ, UFRGS e UFBA), sendo que 1 dos palestrantes e a moderadora são integrantes da referida Comissão¹.

A mesa-redonda foi proposta com o intuito de discutir 1 dos 3 eixos de atuação da CCSHS: o ensino das CSHS na graduação em saúde coletiva (GSC). Ela foi elaborada com o intuito de promover um debate com as outras sub-áreas do campo da saúde coletiva, tanto a Epidemiologia como Política, Planejamento e Gestão (PPG). Também foi formulada com a finalidade de promover um diálogo com os próprios discentes dos cursos de graduação em saúde coletiva, de maneira com contou inclusive com um estudante na própria mesa-redonda.

A mesa-redonda aconteceu em um auditório com 350 lugares, dos quais aproximadamente 50 estavam ocupados durante as 4 apresentações; ela foi sucedida por uma reunião em uma sala administrativa do centro de convenções no qual aconteceu o congresso, da qual participaram 20 pessoas, 13 docentes e 7 discentes (este últimos de cursos de graduação em saúde coletiva); ela também foi precedida de uma reunião presencial da CCSHS, no dia anterior, com a presença de 10 pessoas, 9 delas integrantes da Comissão. A seguir, apresentaremos os registros destas atividades, após informar a ementa da mesa-redonda enviada e aprovada pela comissão científica do congresso de epidemiologia.

1 – Ementa da Mesa-Redonda

O texto de referência das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Saúde Coletiva, aprovado em 2017, apresenta as principais diretrizes, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação, para o processo de ensino-aprendizagem dos(as) sanitaristas no país. Uma das características do campo da Saúde Coletiva, a articulação entre teoria e prática, torna-se marcante no texto quando lemos reiteradamente a expressão “atuação” acompanhada de “análise”. Os 3 núcleos de conhecimentos e práticas também indicam esse potencial de

¹ Ver <http://epi.org.br/programacao/index.php?dta=2017-10-11&hr=13:00&tipo=80,81>. Acessado em: outubro de 2017.

intervenção sobre caminhando junto com a interpretação dos fenômenos sanitários: gestão, atenção e educação em saúde. Do mesmo modo os 8 conteúdos fundamentais para a compreensão do processo saúde-doença-cuidado-qualidade de vida, entre eles Ciências Sociais e Humanas na Saúde (CSHS), Epidemiologia nos aspectos históricos, descritivos, ecológicos, metodológicos, aplicados e longitudinais e Planejamento, gestão e avaliação em saúde.

Tal processo demanda reflexões por parte das 3 áreas, e nesse sentido consideramos apropriado realizar um debate sobre a referida minuta e a participação das CSHS e das duas demais áreas – Política e Epidemiologia – na configuração do ensino em graduações de saúde coletiva e na diversidade (inter)disciplinar que as compõe, visando ampliar o debate sobre a formação de sanitaristas.

Aspectos da constituição histórica e da institucionalização do campo da Saúde Coletiva, em nível de pós-graduação, trazem inflexões importantes para serem hoje pensadas e atualizadas em relação a graduação em Saúde Coletiva: como instituímos as interlocuções necessárias a conformação do campo da Saúde Coletiva no âmbito da graduação? o que nos une internamente no campo para que as interlocuções aconteçam? O que nos separa no campo (quando há colaboração instrumental, por exemplo)? Como construímos nossos objetos em diálogo entre a aplicabilidade do conhecimento e a produção do conhecimento? O que queremos com o ensino da Saúde Coletiva na graduação em SC que é diferente de pensarmos o ensino da SC nas outras graduações e pós-graduações? Se fizermos a mesma formação, com os mesmo conteúdos, não estaríamos tensionando a própria constituição da identidade das 3 áreas? Mais ainda, assumir o lugar da SC não nos fará refletir sobre este lugar das 3 áreas daqui alguns anos?

Essas e outras colocações apontam para a necessidade de enfrentar essas questões para não nos paralisarmos na produção do conhecimento e na ação pública e política, construindo saídas para os embates dicotômicos (entre o polo reflexivo e o polo prático, afirmando necessidade prático-reflexivas não utilitaristas no campo da saúde; entre o aplicado e o teórico, questionando a perspectiva instrumental do conhecimento para a resolução dos problemas sociais e de saúde), assim como para a necessidade de apresentar experiências de ensino nas graduações em saúde coletiva, bem como escolhas de conteúdo curriculares nestes mesmos cursos e seus efeitos na aquisição de competências e habilidades.

Nossa proposta é realizar uma mesa-redonda sobre o ensino, presente em mais de 20 cursos de graduações em Saúde Coletiva no país, articulando: (I) os projetos pedagógicos implantados; (II) as experiências locais, e (III) as atuais discussões sobre a implantação das DCN. Para tanto, convocaríamos 3 palestrantes, um de cada área: Epidemiologia, CSHS e Política.

Proponentes: Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde e Fórum de Graduação - ABRASCO

Convidados:

Coordenador: Daniel Cavanese - Fórum de Graduação ABRASCO

Pela CSHS: Marcelo Castellanos (ISC/UFBA)

Pela PPGA: Alcides Miranda (Coordenador COMGRAD Bacharelado em SC/UFRGS)

Pela Epidemiologia: Antonio José Leal Costa (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ)

Representante estudantil: oriundo do Fórum de Graduação ou do ENESC (a definir)

2 – Reunião presencial da CCSHS

Participantes: Marta Verdi (UFSC), Silvia Gugelmin (UFMT), Marcelo Castellanos (UFBA), Inara Tavares (UFRR), Daniela Knauth (UFRGS), Tatiana Gerhardt (UFRGS), Neide Kurokawa (UFRJ), Eymard Vasconcelos (UFPB), Martinho Silva (UERJ) e Mirelle Finker (UFSC).

Informes:

- 23 de novembro de 2017 é o prazo para o envio de propostas da CCSHS para o Abrascão, sendo que os integrantes da referida Comissão devem enviá-las ao núcleo de coordenação até o dia 15 de novembro, para que seja viável reunir as propostas e selecioná-las com base no tema do

congresso e nos eixos de atuação da Comissão, sendo que a comissão científica do congresso é que será a responsável pela avaliação das mesmas;

- o calendário da CCSHS envolve atividades nos dias 12 de dezembro de 2017 (reunião virtual); 26 a 29 de julho de 2018 (Abrascão, no Rio de Janeiro-RJ), 04 a 06 de setembro de 2018 (Congresso Iberoamericano de Pesquisa Qualitativa em Saúde, em Florianópolis) e 26 a 30 de setembro de 2019 (Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, em João Pessoa-PB), sendo que em março de 2018 está previsto para acontecer o evento preparatório do Abrascão, sobre violência, na cidade de João Pessoa-PB, cujo título provisório é “O SUS diante das violências: diálogos sobre direitos, vivências e resistências”; a ideia é que em cada um desses eventos seja abordado um eixo de atuação da Comissão, do mesmo modo como no Congresso de Epidemiologia foi abordado o ensino das CSHS na GSC abordaríamos os espaços e os públicos das CSHS no evento preparatório para o Abrascão, seus critérios de avaliação da produção científica no próprio Abrascão e algo que integrasse os 3 eixos no congresso sobre pesquisa qualitativa em saúde.

Pauta:

- eixo de atuação sobre o ensino das CSHS na GSC;
- consulta à CCSHS sobre a viabilidade de participação de ex-integrantes da referida Comissão e outros membros da sub-área em um colegiado ampliado;
- evento preparatório para o Abrascão;
- evento sobre pesquisa qualitativa em saúde.

Desenvolvimento

Os participantes se apresentam e uma convidada de Marta Verdi (UFSC) se junta ao grupo, Mirelle Finker, da mesma universidade, para falar do congresso ibero-americano de pesquisa qualitativa em saúde.

A pedido do coordenador da Comissão, Martinho, cada um dos participantes indica em que medida pode colaborar com a Comissão, Marta Verdi lembrando que já o fez quando aceitou coordenar a mesa-redonda sobre GSC no então congresso de epidemiologia e pretende fazê-lo quanto do congresso iberoamericano de pesquisa qualitativa em saúde, que também acontecerá em Florianópolis-SC. Marcelo pretende continuar colaborando no eixo ensino, Inara afirma que no momento gostaria mais de conhecer a CCSHS do que propriamente se disponibilizar para alguma atividade, Daniela coloca-se disponível para atuar no eixo pesquisa, Neide nos eixos ensino e extensão e Eymard na preparação do evento preparatório do Abrascão, Tatiana sublinhando a importância de conversar coletivamente no campo da saúde coletiva e assim formar parcerias com outras áreas, sub-áreas, fóruns e grupos de trabalho da ABRASCO.

Eymard sugere que a pauta sobre GSC fosse adiada para amanhã, quando da mesa-redonda. Marcelo lembra que um dos integrantes da Comissão poderia ter sido destacado para participar da reunião dos editores de revista.

Sobre a pauta relativa à participação de ex-integrantes da Comissão e outros membros da sub-área considerados relevantes para a mesma em um colegiado ampliado Daniela que possam atuar como consultores, não para atribuir trabalho, mas para consultar através de e-mails, citando o exemplo do funcionamento do GT Gênero e Saúde. Seriam 3 conjuntos de integrantes do GT: um menor para realizar tarefas, outro mais amplo para integrar a comissão e ainda um maior para ser consultado e informado. Considera-se relevante criar um canal de diálogo com tais ex-integrantes da Comissão e demais membros da sub-área CSHS cuja relevância para a mesma é notória, enviando mensagem com cópia para os mesmos, sem integrá-los ao grupo, pois a Comissão envolve representantes de instituições, diferentemente dos grupos de trabalho da ABRASCO. Martinho se responsabiliza por realizar uma listagem provisória e todos os integrantes podem enviar indicações.

O evento preparatório do Abrascão ocupa a maior parte do tempo da reunião. Eymard diz que não é a tradição de seu grupo de pesquisa em Joao Pessoa-PB discutir violência, neste sentido apontando-o como um desafio, uma oportunidade. Também considera que adiantar um evento para 2018 é importante para preparar o Congresso Brasileiro de CSHS em 2019, pois as

pessoas que irão se envolver na organização do evento podem vir a colaborar em 2019, mencionando ainda que a visita de Martinho a Joao Pessoa-PB em setembro de 2019 foi importante para o envolvimento do “grupo de Joao Pessoa”. Lembra-se que o objetivo do evento preparatório para o Abrascão é preparar uma carta dirigida à sociedade.

Uma série de sugestões de título para o evento preparatório do Abrascão são enunciadas pelos participantes da reunião: o SUS diante da violência; Violência e o SUS; Violência sob o SUS; Violência do/no SUS. Marcelo recomenda cuidado com o convite, já que o mesmo envolve subscrever uma carta. Eymard sugere que não só especialistas como também estudantes podem compor as mesas redondas, do mesmo modo como na própria mesa do Congresso de Epidemiologia sobre a GSC.

A data do evento seria março de 2018, o tema violência, sendo que Tatiana sugere a inclusão dos GTs da ABRASCO na discussão, particularmente dos GTs sobre violência, racismo, deficiência, gênero e saúde indígena. Sugere-se uma carta para a sociedade na perspectiva da ecologia de saberes, pergunta-se como. Neide pergunta: e o que a sociedade tem a nos dizer a respeito? Ela cita exemplos do cotidiano de trabalho com os ACS, Martinha considera que a carta poderia ser elaborada com a sociedade e não apenas ser dirigida a ela, Eymard sugere que a carta seja construída em um evento participativo, Marcelo lembrando que pode ser mais de uma carta.

Inara fala do curso de graduação em saúde coletiva no qual é docente, no qual há estudantes pertencentes a 9 povos indígenas, sendo que ela coloca indígenas para conversar sobre o curso e eles consideram relevante ocupar o espaço dos não-indígenas no mercado de trabalho, como nos próprios serviços de saúde criados para ofertar atendimento aos indígenas, como os DISEIs; fala também das experiências dos indígenas dentro da formação e da contribuição dela para o processo, do fato de serem povos distintos e cuidados distintos, sendo que quando procuram atendimento o fazem na casa dos parentes, da mesma etnia, contando as experiências dos estudantes.

Eymard gostaria de definir o título do evento preparatório do Abrascão na reunião, enquanto Neide acha que poderia visibilizar mais o tema e a agenda de pesquisa dele e Daniela acha que o a proposta precisar circular mais, que SUS é muito restrito, lembrando a necessidade

de pensar as interseccionalidade (raça, gênero, etc), para ter mais a cara das ciências sociais, o que aparece e o que não aparece no SUS. Marcelo lembra que o SUS está sob ataque, mas não devemos estreitar demais a questão, só SUS, também não seria o caso de alargar demais, um caminho do meio seria a via da interseccionalidade. Tatiana afirma que a ecologia dos saberes pode compor essa interseccionalidade. Inara diz que o estudante de saúde indígena não acessa o DISEI, porque o mesmo é voltado exclusivamente para as comunidades indígenas, revelando essas articulações possíveis entre SUS e interseccionalidade. Marcelo fala do SUS enquanto política pública. Eymard diz que essa discussão mais ampla é mais fácil para os acadêmicos, sendo ela pouco operacional, “o SUS diante da violência” tornando-se um título que pode chamar mais gente, as ciências sociais podendo convocar um outro tipo de público; para ele, a partir de uma discussão com os estudantes pode-se chegar na discussão que interessa aos acadêmicos, temas concretos que fossem disparadores, a partir de situações angustiantes. Marcelo lembra o quanto a violência é muito concreta, exemplificando com assaltos e cenas de violência urbana, do quando a violência institucional é vivenciada como humilhação por grande parte daqueles que passam nos serviços de saúde, mas dependendo da palavra pode chamar ou afastar as pessoas da reunião, insistindo que podemos fazer isso sem circunscrever o evento ao SUS. Neide sugere que no título pode-se incluir a expressão território, como vetor de discussão da violência.

Marta sugere “o SUS diante das violências”, no plural. Marcelo sugere “Territorialidade das violências no SUS e para além do SUS”, ou ainda “violência no SUS e para além do SUS”. Eymard diz que o debate costuma começar com temas específicos, mas poderia sê-lo com algo mais geral, seguindo para uma mesa redonda que contasse com uma apresentação teatral, um depoimento de um estudante, de uma liderança comunitária, de um membro de um movimento social, alguém que falasse da violência nas relações, seguindo rodas de conversa na qual o especialista chegasse como debatedor, instigador do debate, provocador e alargador do debate, algo que aponte para propostas, no segundo dia. Neide sugere resgatar o teatro do oprimido, bem como que de manhã tivéssemos discussão e apresentação de situações e de tarde a elaboração de propostas, terminando por sugerir como título: As violências nossas de cada dia: respostas e desafios. Eymard então sugere: O SUS diante das violências cotidianas. Tatiana: As violências nossas de cada dia no SUS e para além do SUS. Inara chama a atenção para a necessidade de

discutir também os movimentos de resistência frente a violência, as experiências nas quais se naturaliza a violência como uma forma de resistência. Marta enfim sugere o título que todos concordam: **O SUS diante das violências: diálogos sobre direitos, vivências e resistências.**

Inara se disponibiliza então a participar da organização do evento, Daniela também, Marcelo podendo ajudar no contato com o movimento negro se for o caso, Marta lembrando de Ligia Sena (blogueira, ativista, trabalha com violência obstétrica, já tinha sido indicada por Silvia) como uma possível indicação. Fala-se da importância do evento contar com materiais relativos a vivências, reflexões teóricas e também vídeos, Tatiana sublinhando a importância de transmitir o evento, Marcelo e Inara também destacando a necessidade de acionar tecnologias da informação e comunicação para aumentar o acesso ao evento. Marta diz que a possibilidade de abrir inscrições para trabalhos é importante, porque assim as pessoas tem liberação e podem obter financiamento. Eymard destaca a relevância de partir do concreto para a elaboração do evento, menos abstrato, partir dos estudantes: “eles não gostam de ser mão-de-obra”. Diz também que a data provável do evento é 27 e 28 de março de 2017, bem como que isso vai depender da articulação com a secretaria de saúde local.

Marta e Mirella apresentam o VIII Congresso Iberoamericano de Pesquisa Qualitativa em Saúde, que vai discutir a identidade da área, bem como educação, mencionando as datas para inscrição no evento, previsto para cerca de 1.200 pessoas. Falam também dos 3 grandes eixos: ontológico, teórico e metodológico, destacando que “não é só para trabalhar questões metodológicas”. Destacam a hospedagem solidária, o fato de não trabalharem com pôster e comunicação mas sim com sessões de trabalho: “o que vai diferenciar é o tempo e o formato, formato breve, coloca um totem, as pessoas se reúnem e daí acontece a apresentação, mais dinâmico”. **Até 30 de novembro é possível enviar propostas**, com abertura para possíveis propostas da comissão, sejam relativas ao Projeto Perfil, ao ensino das ciências sociais nos cursos de saúde, dimensão metodológica, entre outros assuntos, como produção de conhecimento e diversidade de saberes, pesquisa participativa e pesquisa-ação.

Eymard fala que essa pesquisa participativa poderia ser discutida no Abrascão. Inara trabalha com segurança alimentar e nutricional, fala dos intelectuais indígenas, fala de um evento no qual nos estudantes apresentaram os trabalhos e foram reconhecidos como principais

produtores de conhecimento sobre os povos indígenas, diferente dos quilombolas no evento, lugar de objeto e sujeito na pesquisa. Marcelo e Marta destacam que as propostas podem aliar epistemologia, ética e ontologia. Tatiana lembra do “ampliando linguagens” do último congresso de cshs, disponibilizando-se a identificar grupos que trabalham a questão da imagem, produção e circulação de imagens. Eymard sugere uma proposta para o Abrascão: desafios para a formação em saúde e a construção de eventos na perspectiva da ecologia de saberes.

Destaca-se a importância de reservar espaço na agenda do evento preparatório do Abrascão para lançar o tema do congresso de 2019. Sugere-se que as inscrições deste evento sejam pagas, ainda que com um valor simbólico, como também um limite de 3 páginas por trabalho, ou uma carta sobre violência como inscrição, como em um concurso de redação, ou mesmo um relato de experiência de trabalho. Critica-se o formato mais tempo de apresentação e menos tempo de debate, lembrando que isso precisa mudar para propiciar o debate, ou adotar questões disparadoras, ou apresentação de no máximo 2 experiências. Fala-se ainda da possibilidade de compor mesas com diferentes formatos, especialista pode ser debatedor de um relato de experiência e vice versa, pode ser o apresentador e ouvir o debate de uma pessoa que viveu a experiência estudada.

3 – Mesa-redonda sobre a GSC

Após a apresentação dos 4 palestrantes sob a coordenação de Marta Verdi, dirigida a uma plateia de aproximadamente 50 pessoas, nos reunimos em outra sala administrativa do centro de convenções para o debate, contando com a presença de 20 participantes, 7 deles discentes. Além dos membros da mesa-redonda (5) e do núcleo de coordenação da CCSHS (3), participaram: Eymard, Neide, Daniel Canavese, Maria Cristina (USP), Leila Santos (UFRJ), Arioneide, Rosikelle, Juliana, Denise, Daiana (discentes da GSC da UFRJ) e Livia (discente da GSC da UFPE) e uma pessoa que não foi possível registrar o nome.

Denise, graduanda em SC da UFRJ, conta que se encontra no oitavo período, realizando estágios na defensoria e outros órgãos jurídicos, perguntando: o que são as práticas em SC?

Pergunta também sobre como alcançar a integração entre disciplinas. Neide aponta para o cenário prático, de práxis e prática.

Eymard pergunta sobre o Fórum de Graduação da ABRASCO, como ele funciona, como faz para criar um curso, bem como sobre as DCN, já que não foram aprovadas, como estão no momento.

Marcelo esclarece que não vai responder a pergunta de Denise, mas comentar. A ideia não era dissociar teoria e prática, a teoria é uma prática. Destaca a importância de discutir os casos, situações, tempos e assim buscar estratégias de intervenção. Fala da preocupação de que as pesquisas não fiquem restritas ao meio acadêmico, mas também invistam nos serviços de saúde, como também em espaços não acadêmicos: “De fato às vezes a gente está muito distanciado desse contexto dos serviços de saúde...”.

Alcides diz que curso de GSC na UFRGS é noturno e funciona há 9 anos, sendo que a maioria dos estudantes tem uma carga horária de trabalho de 36 horas e à noite não se encontra campo de estágio com facilidade. Recomenda uma configuração de instâncias, não necessariamente serviços, para ofertar esse estágio.

Denise então discute os turnos (diurno, noturno), diz que fica sensível sobre como será: vai fazer estágio aonde, no hospital? Cita fala, segundo ela, do diretor da ABRASCO Gastão Wagner Campos, segundo o qual “A gente [o estudante da GSC] é tudo, tá em tudo, e ao mesmo tempo sem lugar, perdidos.”.

José Nascimento diz que em seu curso de GSC na UNB faz 150 horas de estágio, sendo que a instituição quer aumentar para 400hs e pelas DCN seriam 600hs; diz ainda que a grande maioria dos alunos trabalha, que os estágios acontecem no SAMU e no SIEVS, 2 dias na semana, por 4hs.

Eymard alerta para o risco do graduando em SC ser formado como um sanitário por um custo mais barato, fala da necessidade de garantir ao longo do curso eixos de problematização, sem o número de docentes necessários, por vezes a inserção nos cenários de práticas tendo acontecido de modo caricatural. Destaca ainda a importância de uma pedagogia universitária freiriana, na qual o estudante não pode ficar sozinho nesse processo.

Daniel afirma que são 20 universidades federais com graduação em saúde coletiva no Fórum de Graduação da ABRASCO, em funcionamento há 10 anos, com reuniões mensais e pauta aberta à participação dos docentes, discentes e egressos das GSC. Sobre o texto das DCN, não houveram sugestões, mas ainda não saiu do MEC. Convida todos a participarem, através do canal de comunicação por whatsapp.

Tatiana considera que há questões comuns nas diferentes falas, entre elas a relação direta com a interdisciplinaridade, que não é dada, mas construída, através de ousadias pedagógicas, por exemplo. Alerta para o fato de que não são todos que estão disponíveis para compor esse diálogo, chamando a atenção para o importante debate sobre a identidade, conjugando transversalidade e especificidade de cada área.

Denise põe-se a contar sua experiência como estagiária na UFRJ, na qual os alunos vão de 15 em 15 dias a campo e o professor vai “delimitando ou ampliando o nosso olhar, acalma, é tudo muito novo”. Diz que “A gente conta muito com o docente. Às vezes ele não está muito integrado à SC.”

Maria Cristina considera a reunião uma oportunidade de partilhar desafios e experiência, agradece e afirma que a mesa também foi muito oportuna, ao destacar as 3 sub-áreas da SC e uni-las com a participação discente. Diz que as DCN refletem um desafio que é da SC, conjugar seus campos hegemônicos, bem como que apesar de todo mundo achar que as CSHS são importantes, elas não se fortaleceram como campo hegemônico. Como construir uma equidade no cotidiano das práticas desse profissional? Os 3 pilares da SC não estão ali equilibrados na formação do campo da SC e também ali na GSC. A própria SC não está, para ela, constituída com a mesma presença dos 3 pilares. Cita o exemplo da faculdade de saúde pública onde atua, na qual esse desafio se multiplica.

Marcelo relata sua experiência no ISC-UFBA com as práticas e os estágios, estes últimos mais na secretaria estadual do que na municipal, já que pessoas que trabalham na estadual foram do ISC. Afirma que vários modelos foram experimentados, um primeiro mais focado em níveis assistenciais, em territórios, em serviços de atenção básica, sem colar no nível assistencial.

Houveram problemas com a questão do turno. Também há uma disputa do campo de prática com as faculdades particulares, já que as privadas dão contrapartida material, o município tendo loteado seus serviços. Os campos de práticas giram em torno principalmente das competências dos docentes: doenças transmissíveis e vigilância sanitária, por exemplo, restringindo-se a alguns professores que tem ligação com os serviços. Há uma aproximação mais cuidadosa com os campos de práticas, atento as demandas das pessoas, tentando pactuar algumas atuações, dando contrapartidas. Como garantir uma relação mais duradoura, de maior permanência no campo de praticas? Considera que há um faz e desfaz constante nesses campos de práticas. Por exemplo, análise de situação de saúde no primeiro ano, segundo ano o foco está mais nas políticas, o terceiro ano mais nas gestões das intervenções. Afirma já ter trabalhado nos campos de práticas, embora a sua carga horária e a da maioria dos professores se concentre nas disciplinas teóricas. PPG está mais no campo de praticas, epidemiologia em seguida, por último os das humanas. Ele mesmo está mais dedicado às disciplinas teóricas no momento. De vez em quando está no campo de práticas sem reconhecimento da carga horária. Recomenda trazer alguma proporção de carga horária prática para as disciplinas teóricas. Lembra que os componentes práticos demandam turmas menores.

Denise menciona as atividades de extensão, que representariam 10% da carga horaria total, criticando o fato de que não são todas as áreas que tem projetos de extensão, bem como que fazer monitoria e projeto de extensão gera demora em se formar, terminando por afirmar que “Na ufrj não tem estagio obrigatório”. Eymard pergunta se não há áreas verdes na grade curricular, tempo livre. Daniel diz que esses 10% tem sido uma preocupação dos docentes, é uma obrigação colocada pela legislação. Não são mais projetos de extensão, tem que fazer parte da grade curricular, de todos os cursos. Dá o exemplo do curso de administração, com várias reclamações, queixa dos docentes de que tiveram que diminuir sua carga horária em sala de aula. Marta menciona que há docentes com dificuldade de compreender a formação do estudante a partir dele próprio, preocupando-se mais em preencher carga horaria do que em pactuá-la com os alunos. Antonio lembra que extensão não precisa ser na saúde coletiva, mas universidade como um todo.

Alcides retoma a questão colocada por Denise, colocando a questão: qual o lugar do sanitarista na atenção básica? Qualquer lugar. Podemos ficar em qualquer lugar, mas onde seria mais estratégico. No NASF? Gerente de unidade? Recomenda ocupar estrategicamente alguns

espaços. Menciona, por exemplo, a falta de suporte dos conselhos de saúde, a falta de estrutura, o fato de muitos deles serem pautados pelos governos, nem sequer o sendo pelas conferências. Por que não colaborar com eles? Não para criar sala de situação, mas para criar narrativas e aportes, favorecendo agendas de discussão. Exemplifica com o movimento negro, o apoio aos movimentos. Critica campo de estagio no qual se fazia fichamento para dentista. Realça iniciativa da comissão de CSHS. Pergunta: o que é campo de pratica em CSHS?

Martinho pergunta sobre o perfil dos egressos dos cursos de GSC, sobre seu mercado de trabalho, bem como o objeto da SC dito “comum” em uma das apresentações, mencionando como isso se deu na psicologia e antropologia. Alcides considera que temos um complexo, não um objeto no campo da SC. Eymard afirma que o objeto da SC são muitos, como o apoio à gestão e aos processos formativos; diz ainda que a extensão não era valorizada curricularmente, tendo sido realizada apenas por professores militantes, bem como que sanitarista lida muito com as varias profissões, extensão seria a oportunidade de participar desse processos.

Arioneide estagiou em um centro de referência para mulheres, sendo que segundo ela lá eles não sabiam o que era SC, isso tendo sido explicado aos mesmos. Os estagiários ajudaram a ver o perfil das mulheres que sofrem violência, demandada pelo centro. Diz que o estágio retarda a formação, ainda assim ficaram mais um ano e isso foi muito importante. Corrige Martinho: pretende se inserir no mundo do trabalho, não mercado de trabalho. Alcides a complementa dizendo que aboliu a expressão RH / recursos humanos, adota mundo do trabalho também, acrescentando que é próprio da epistemologia da modernidade ter um objeto de trabalho e pergunta: Será que a gente precisa de um objeto de trabalho? A gente precisa necessariamente estabelecer essa continência? Para ele na verdade são fluxos, interações, não precisa definir de uma maneira tradicional. Como configurar isso em um mundo disciplinar? Eymard acha que os sanitaristas foram ocupando lugar e bagunçando as práticas, não tendo sido contratados para isso: “eles arrebutaram os espaços para fazerem isso”.

Sobre os egressos, Antonio diz que há conhecimento de alguns, aqueles que se inseriram no mundo do trabalho da saúde coletiva, sendo que há um projeto em curso justamente sobre esse perfil dos egressos; alguns prosseguiram estudando na pós-graduacao lato e strictu sensu, realizaram residências multiprofissionais ou foram para a secretaria de estado via concurso

público. Fala também da adaptação do currículo para mudar o turno único. Mais do que o objeto, preocupa-se com as possibilidades e espaços de inserção: “O SUS não é a única opção, mas não podemos prescindir dele”. Considera importante em algum momento ampliar isso para outras graduações em saúde. O sistema público seria um espaço primordial. Cooperações, planos de trabalho, a partir de demandas de ambas as partes, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, assim é o curso de residência, criado em 1996, em um momento no qual as residências tenderam a desaparecer. A demanda dirigida aos residentes é importante, eles seriam vistos como uma mão-de-obra importante. Afirma ainda que a expansão da rede de atenção primária se deu em torno da vigilância sanitária e epidemiológica. Não dá para atender essa demanda sem a epidemiologia, mas precisa discutir vigilância de modo mais amplo, incluindo os modelos de saúde. Passa por um investimento no sentido de fortalecer a formação, e aí vai para além do SUS. Neide o complementa dizendo que alguns egressos foram fazer outras graduações.

Marcelo sublinha duas lembranças: 1 - Fortalecer a interiorização dos nossos campos de práticas, CONASEMS é um ator estratégico, municipalizar; 2 - Evitar ao máximo cair na tentação das velhas formas, do tipo abrir um conselho de classe, por que por aí seria entrar no mercado de trabalho mesmo, do tipo “esse cargo me pertence”, por que aí não vai gerar diálogo com as outras profissões. Cita 3 PLs tentando regulamentar profissão de sanitaria. Tatiana afirma que a modernidade não nos ajudou em nada, já que não há um objeto fixo e dado, mas uma construção permanente, sendo que devemos promover diálogos, às vezes ficamos presos nas amarras. Daniel lembra que Maria Helena Machado respondeu algumas das perguntas que Martinho fez na mesa sobre a GSC no congresso de Planejamento em Natal-RN, isso tendo gerado uma discussão de mais de 5 horas no Fórum de Graduação da ABRASCO, espaço este que não está dado, mas a ser construído, o fórum precisando ser fortalecido também.

Denise queixa-se dizendo que quando foi marcada a reunião do Fórum, parece assim “vou colocar eles mais para longe”, lembrando que as graduandas não souberam do deslocamento do auditório para a sala de administração para a continuidade do debate: “A gente chegou atrasado. A gente teve que sair da universidade”. Silvia esclarece que não é um espaço do congresso, é um espaço administrativo. Tatiana explica que foi uma conquista dentro do congresso de epidemiologia.

Marta fala do Abrascão. Tatiana fala que todas as atividades são inter-GTs. Denise esclarece: “o meu questionamento é o de me mostrar, não me deslocar. É das pessoas saberem que aqui está acontecendo um fórum da graduação”.